

PCP questiona governo sobre comportamento da Altice com os pré-reformados

Reproduzimos aqui a Pergunta escrita colocada ao Governo pelo Grupo Parlamentar do PCP:

Tivemos conhecimento que a PT/Altice está a empurrar unilateral e compulsivamente para a reforma muitos dos trabalhadores com quem estabeleceu acordos de pré-reforma, com o objetivo claro de se livrar de encargos que são da sua responsabilidade e passá-los para a Segurança Social, portanto para o domínio público.

Estes trabalhadores pré-reformados receberam no final do ano passado cartas da empresa referindo que deveriam «impreterivelmente requerer de imediato a respetiva reforma com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2018» pois, «de acordo com a informação existente, reúne nesta data condições de acesso à pensão estatutária por velhice sem penalização, nos termos previstos no DL 187/2007 com as alterações introduzidas pelo DL 126-B/2017.

Assim, a PT/Altice informou estes trabalhadores que, a partir de 1 de janeiro de 2018, cessaria o pagamento da prestação de pré-reforma por parte da empresa. Desta atuação da empresa, resultam diversos problemas:

1 – Apesar de muitos trabalhadores terem procurado obter mais informações, esclarecimentos e reclamado desta decisão unilateral da empresa, não obtiveram quaisquer respostas, sendo sempre encaminhados para a Segurança Social numa clara tentativa de desresponsabilização por parte da PT/Altice;

2 - Devido à demora no processamento dos pedidos de reforma (matéria que já denunciámos por diversas vezes na Assembleia da República e ao Governo e que não desligamos da carência de meios humanos na Segurança Social) estes trabalhadores estão desde janeiro sem receber qualquer remuneração. São 9 meses sem salário nem reforma, quando continuam a ter as suas despesas e contas para pagar. Há aqui evidentes responsabilidades do Governo, pois estes atrasos são completamente inaceitáveis, mas não pode ser mitigada a responsabilidade da Altice, que rompeu o acordo que firmara com os seus trabalhadores pré-reformados sem cuidar se com esse rompimento estes iriam manter os rendimentos.

3 – Por outro lado, apesar de a Altice afirmar que estes trabalhadores acederão à situação de reforma «sem quaisquer penalizações», temos conhecimento que alguns dos trabalhadores pré-reformados, que receberam já a resposta da Segurança Social, estão a ser penalizados nos valores das suas reformas. Na verdade, em alguns casos e segundo o que conseguimos apurar, esta situação relaciona-se com a questão da bonificação dos períodos contributivos cumpridos antes da idade normal de acesso à pensão, sobre a qual já tivemos oportunidade de questionar o Governo. A

estes trabalhadores (que contam com mais de 48 anos de descontos), dependendo da situação, ou é aplicável o fator de sustentabilidade e as bonificações previstas no art.º 38.º, ou não lhes é aplicável o fator de sustentabilidade mas também perdem as bonificações por longa carreira.

Há ainda o caso de trabalhadores que já começaram recentemente a receber a sua pensão ou que começam nos próximos meses, que verão a sua pensão ser calculada nestes termos (com penalização e/ou sem as bonificações) e cujo valor da pensão se fixará aquém daquele que lhes seria devido, eternizando-se para sempre no valor dos seus rendimentos mensais.

Não nos podemos esquecer que se PT/Altice cumprisse com o Acordo que firmou com os trabalhadores deveria pagar a prestação de pré-reforma até que estes atingissem a idade legal de reforma/idade normal de acesso à pensão de velhice, que em 2018 é 66 anos e 4 meses, os trabalhadores não estariam face a uma antecipação por flexibilização, não tendo efetivamente nenhuma penalização e contando ainda com as devidas bonificações.

O desrespeito da PT/Altice pelos direitos dos trabalhadores e pelos próprios acordos firmados é inaceitável. Estes encargos estavam já previstos quando a Altice adquiriu a PT, e ao tentar-se libertar deles a Altice procura um lucro extraordinário à custa de dinheiros públicos. Embora consequência clara do processo de privatização, consideramos que o Governo não pode ficar indiferente perante a injustiça que está a ser cometida contra estes trabalhadores.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Tem conhecimento da situação criada pela Altice a centenas dos seus trabalhadores pré-reformados?
2. Como é possível que a PT/Altice desrespeite os compromissos assumidos com os trabalhadores aquando da assinatura do acordo de pré-reforma e queira agora ver transferidas as suas responsabilidades e respetivos encargos para a Segurança Social?
3. O que fará o Governo para assegurar justiça para todos estes trabalhadores e, simultaneamente, não deixar que a Segurança Social seja onerada com os encargos resultantes da violação do Acordo por parte da PT/Altice?
4. Que medidas vai o Governo tomar para salvaguardar os direitos destes trabalhadores e garantir prazos de resposta adequados?»

2 Outubro 2018

dorlpcp@dorl.pcp.pt

Partido Comunista Português

